CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DO SOFTWARE OFFICE HOME & BUSINESS 2021. BENS_CPRÉVIA_10/2024.--

Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, nesta
Vila de Celorico de Basto, Edifício dos Paços do Concelho, sendo elaborado por mim-
Vítor Manuel Ramos Marinho, Chefe de Unidade de 3º Grau da Contratação Pública
(em regime de substituição), na qualidade de Oficial Público, determinado por despacho
do Presidente da Câmara datado de 14 de setembro de 2023, celebra-se o presente
contrato tendo como outorgantes:
PRIMEIRO OUTORGANTE/ADJUDICANTE
MUNICÍPIO DE CELORICO DE BASTO, Entidade equiparada a Pessoa Coletiva
n.º 506 884 929, com sede na Praça Cardeal D. António Ribeiro nº1, em Celorico de
Basto, neste ato legalmente representado pelo Presidente da Câmara, José António
Peixoto Lima, com domicílio profissional sito na Praça Cardeal D. António Ribeiro no
1, nos termos do disposto na alínea f), nº 2 do artigo 35º da Lei 75/2013, de 12 de
setembro e n.ºs 1 e 3 do artigo 106º do Código dos Contratos Públicos
SEGUNDO OUTORGANTE/ADJUDICATÁRIO
CLARANET II SOLUTIONS, S.A., Pessoa Coletiva 510.728.189, Sociedade
Anónima, com sede na Rua António Nicolau D'Almeida, nº 45, 4º, 4100-320, na
freguesia de Ramalde, no concelho de Porto, com o capital social 3.050.000,00 euros
(três milhões e cinquenta mil euros), neste ato legalmente representada por
, que outorga na qualidade de administrador, conforme poderes
constantes na certidão permanente com o código de acesso:
documento arquivado no respetivo processo
Verifiquei a identidade e poderes do representante do primeiro outorgante por
conhecimento pessoal, do representante do segundo outorgante por exibição do
respetivo certificado de assinatura digital e, os poderes do segundo outorgante através
da Certidão Permanente com o código de acesso supra identificado, subscrita em
e válida até ——————————————————————————————————
Nesta conformidade, o representante do primeiro outorgante declara que, por seu
despacho datado de 14 de novembro de 2024, do Sr. Presidente da Câmara foi decidido
adjudicar por recurso a consulta prévia ao segundo outorgante a "aquisição de licenças

do software Office Home & Business 2021", sendo nessa sequência celebrado o
presente contrato, nos termos e condições seguintes:
PRIMEIRA (Objeto)
O presente contrato tem por objeto principal a "aquisição de licenças do software Office
Home & Business 2021", de acordo com o previsto no respetivo Caderno de Encargos e
demais peças procedimentais
SEGUNDA (Prazo)
1. O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de 5 dias, sem prejuízo das obrigações
acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato
2. O contrato entra em vigor no dia seguinte ao da data de envio da nota de encomenda
TERCEIRA (Preço contratual)
1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das
demais obrigações constantes do caderno de encargos, o primeiro outorgante obriga-se a
pagar ao segundo outorgante o valor de 33.531,00€ (trinta e três mil, quinhentos e
trinta e um euros), de acordo com a proposta apresentada, acrescido do IVA à taxa
legal em vigor
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja
responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao primeiro outorgante, incluindo,
nomeadamente os relativos ao transporte, os relativos ao transporte dos bens objeto do
contrato para os respetivos locais de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes
da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças
QUARTA (Condições de pagamento)
1. As quantias devidas pelo primeiro outorgante, nos termos da clausula anterior, devem
ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a receção pelo município das faturas emitidas
nos termos do artigo 36º CIVA, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da
obrigação respetiva e após a prestação dos serviços, nos termos do artigo 9º, n.º 1 da
LCPA (Lei 8/2012 de 21 de fevereiro)
2. Em caso de discordância por parte do primeiro outorgante, quanto aos valores das
faturas, deve esta comunicar por escrito ao segundo outorgante, os respetivos
fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos
necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida
3. As faturas deverão ser emitidas em nome do Município de Celorico de Basto, com
referência aos documentos que lhe deram origem, devendo especificar o número da
encomenda e/ou número sequencial de compromisso

4. Os cocontratantes devem emitir as faturas eletrónicas, através da plataforma de
faturação eletrónica do Município, observando o disposto no artigo 299ºB do CCP,
fazendo sempre alusão ao número de compromisso, sob pena de devolução
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, as
faturas são pagas preferencialmente através de transferência bancária
QUINTA (Local e condições de entrega dos bens)
1. Os bens objeto do contrato devem ser entregues no Município de Celorico de Basto
2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem
utilizados para os fins a que se destinam e simultaneamente com a entrega destes, o
segundo outorgante deverá disponibilizar todos os documentos que sejam necessários
para a boa e integral utilização daqueles
3. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos
documentos para o local de entrega e com a respetiva instalação são da responsabilidade
do segundo outorgante
SEXTA (Obrigações principais do segundo outorgante)
1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável ou no respetivo
caderno de encargos, da celebração do contrato decorrem para o segundo outorgante as
seguintes obrigações:
a) Obrigação de entrega dos bens identificados na sua proposta, em conformidade com
as especificações e quantidades constantes da cláusula 21ª referente à Parte I –
Cláusulas Técnicas do presente caderno de encargos;
b) Obrigação do cumprimento do prazo de entrega dos bens identificados na sua
proposta;
c) Obrigação de fornecer 150 (cento e cinquenta) Licenças Office Home and Business,
na sua versão mais recente, cujo seu licenciamento apresente direitos de utilização
perpétua sem manutenção;
d) Obrigação de garantia dos bens;
e) Obrigação de apresentar todos os manuais de utilização e fichas técnicas em língua
portuguesa;
f) Obrigação de não ceder a sua posição contratual sem prévia autorização do Município
de Celorico de Basto;
g) Obrigação de comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução dos contratos
e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais

com relevância para o fornecimento dos bens, a sua situação jurídica e a sua situação
comercial;
2. A título acessório, o adjudicatário fica obrigado, designadamente, a recorrer a todos
os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à
entrega dos bens objeto do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de
organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo
SÉTIMA (CABIMENTOS E COMPROMISSOS)
1. A prestação de serviços objeto do presente contrato consta do Orçamento do primeiro
outorgante para o ano de 2024, tendo o encargo resultante deste contrato cabimento nas
rubricas com a seguinte classificação:
Plano de atividades: 2024/I/8
Económica: 070108
Cabimento: 1490/2024, de 14/10
Requisição: 1822/2024, 26/11
2. Com a assinatura do presente contrato foi assumido o Compromisso 1775/2024, de
26 de novembro em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 9º e n.º 3 do artigo 5º da
Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, e alínea c) do n.º 3 do artigo 7º do Decreto-Lei
127/2012, de 21 de janeiro
OITAVA (Designação do gestor do contrato)
1 B C' 1 ' 1 1' 1 011 1' 0000 1 1 C' 1' 1
1. Para efeitos do cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 290º-A do Código dos
Contratos Públicos (CCP), foi designado, como gestor do contrato,
Contratos Públicos (CCP), foi designado, como gestor do contrato,
Contratos Públicos (CCP), foi designado, como gestor do contrato, Técnico Superior, por despacho datado de 23 de outubro de 2024 do Sr. Presidente da
Contratos Públicos (CCP), foi designado, como gestor do contrato, Técnico Superior, por despacho datado de 23 de outubro de 2024 do Sr. Presidente da Câmara, com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato, sendo
Contratos Públicos (CCP), foi designado, como gestor do contrato, Técnico Superior, por despacho datado de 23 de outubro de 2024 do Sr. Presidente da Câmara, com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato, sendo substituído nas suas faltas e impedimento por Técnica Superior
Contratos Públicos (CCP), foi designado, como gestor do contrato, Técnico Superior, por despacho datado de 23 de outubro de 2024 do Sr. Presidente da Câmara, com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato, sendo substituído nas suas faltas e impedimento por Técnica Superior.———————————————————————————————————
Contratos Públicos (CCP), foi designado, como gestor do contrato, Técnico Superior, por despacho datado de 23 de outubro de 2024 do Sr. Presidente da Câmara, com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato, sendo substituído nas suas faltas e impedimento por Técnica Superior
Contratos Públicos (CCP), foi designado, como gestor do contrato, Técnico Superior, por despacho datado de 23 de outubro de 2024 do Sr. Presidente da Câmara, com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato, sendo substituído nas suas faltas e impedimento por Técnica Superior.———————————————————————————————————
Contratos Públicos (CCP), foi designado, como gestor do contrato, ————————————————————————————————————
Contratos Públicos (CCP), foi designado, como gestor do contrato, Técnico Superior, por despacho datado de 23 de outubro de 2024 do Sr. Presidente da Câmara, com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato, sendo substituído nas suas faltas e impedimento por Técnica Superior.———————————————————————————————————
Contratos Públicos (CCP), foi designado, como gestor do contrato, Técnico Superior, por despacho datado de 23 de outubro de 2024 do Sr. Presidente da Câmara, com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato, sendo substituído nas suas faltas e impedimento por Técnica Superior 2. A substituição do gestor do contrato temporária ou definitivamente nos termos do número anterior não implica a alteração do contrato
Contratos Públicos (CCP), foi designado, como gestor do contrato, Técnico Superior, por despacho datado de 23 de outubro de 2024 do Sr. Presidente da Câmara, com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato, sendo substituído nas suas faltas e impedimento por Técnica Superior.———————————————————————————————————

DÉCIMA (Foro competente)
Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência
do tribunal administrativo e fiscal de braga, com expressa renuncia a qualquer outro
DÉCIMA PRIMEIRA (Comunicações e notificações)
1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e
comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do
Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma,
identificados no contrato
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes no contrato deve ser
comunicada por escrito à outra parte
DÉCIMA SEGUNDA (Disposições Finais)
1. Os pagamentos efetuados ao abrigo do presente contrato serão efetuados após a
verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas
públicas
2. Por despacho datado de 23 de outubro de 2024 do Sr. Presidente da Câmara, foi
autorizado a abertura do procedimento para a presente aquisição de bens com o recurso
a consulta prévia, conforme o disposto nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 20º,
conjugado com a alínea b) do nº1 do artigo 16º e do artigo 112º, todos do Código dos
Contratos Públicos
3. A presente aquisição de bens foi adjudicada por despacho datado de 14 de novembro
de 2024 e a respetiva minuta do presente contrato aprovada na mesma data, em
conformidade com o caderno de encargos devidamente aprovado por despacho datado
de 23 de outubro de 2024, tendo todos os despachos sido dados pelo Sr. Presidente da
Câmara
4. Foram apresentados pelo segundo outorgante: registos criminais, documentos
comprovativos da situação contributiva regularizada perante a segurança social e
serviço de finanças e declarações anexas I e II ao CCP e código da certidão
permanente
Os outorgantes na qualidade em que intervêm, aceitam o presente contrato nos termos
e condições exaradas e que tem conhecimento do seu conteúdo e do teor dos
documentos que o instruem
O presente contrato foi efetuado num único exemplar, é composto por seis páginas,
que vai ser assinado eletronicamente, através de assinatura digital, por ambos os
outorgantes e pelo Oficial Público que o elaborou, nos termos e para os efeitos do artigo

94º do Código dos Contratos Públicos, em sinal de conformidade e de aceitação do seu
conteúdo, considerando-se datado e válido com a aposição da última assinatura
Assim o declaram, outorgam e mutuamente aceitam
Documentos anexos ao presente contrato e que dele fazem parte integrante:
a) Fotocópia da proposta apresentada pelo segundo outorgante
b) Fotocópia do caderno de encargos
c) Boletim de identificação do segundo outorgante

José António Assinado de forma digital por José António Peixoto Lima Dados: 2024.11.27 16:12:48 Z

(O Primeiro Outorgante)

ANTONIO MIGUEL CAETANO FERREIRA Digitally signed by ANTONIO MIGUEL CAETANO FERREIRA Date: 2024.11.27 16:23:11 Z

(O Segundo Outorgante)

Assinado por: **Vítor Manuel Ramos Marinho** Num. de Identificação: 11241920 _Data: 2024.1<u>1.27</u> 15:53:37+00'00'

(O Oficial Público)